



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

Conselho de Ministros:

Comunicado:

De exortação ao povo moçambicano ao reforço da unidade nacional, à agudização da vigilância, a participação activa na defesa da Pátria, perante as ameaças de agressão militar su-africanas.

CONSELHO DE MINISTROS

Comunicado

O Governo da República Popular de Moçambique está na posse de informações de que as Forças Armadas da África do Sul preparam uma agressão directa à cidade de Maputo.

Os ataques em preparação prevêem a utilização da força aérea e grupos de comandos infiltrados no nosso país.

Estas informações foram comunicadas ao Governo moçambicano por cidadãos sul-africanos opostos à política dos belicistas, alguns deles ligados a sectores económicos da África do Sul.

A preparação destes ataques surge no contexto duma escalada da agressão sul-africana ao nosso país.

Nos últimos meses temos vindo a assistir a um aumento da infiltração de bandidos armados a partir de território sul-africano.

Aviões sul-africanos têm descarregado bandidos armados e equipamento militar na província de Manica para ataques ao «Corredor da Beira», tentando impedir o processo em curso de melhoria das infra-estruturas ferroviárias que ligam a Beira ao «hinterland».

Outras infiltrações têm-se verificado nas províncias de Maputo e Gaza. Grupos de bandidos atravessam a fronteira ou são transportados de helicóptero para o interior de Moçambique, coincidindo esta acção com um incremento de atentados terroristas na nossa capital.

Nas últimas semanas, a África do Sul organizou a introdução maciça de bandidos armados nas províncias de Tete e Zambézia a partir de território malawiano.

A acção desestabilizadora realizada através dos bandidos armados tem provocado a saída de moçambicanos das zonas fronteiriças para a África do Sul. Aproveitando a situação de extrema vulnerabilidade em que estes moçam-

bicanos se encontram, o regime sul-africano utiliza-os de várias formas. São utilizados como força de trabalho superexplorada. São coagidos a ingressarem nas fileiras do banditismo armado. São transformados em objecto de propaganda e em instrumento de chantagem contra o nosso país. Alguns locais de concentração destes deslocados foram transformados em campos de treino dos bandidos armados.

Os militaristas da África do Sul montaram, no início desta semana, um incidente no qual uma mina explodiu ferindo alguns soldados sul-africanos.

A fabricação deste incidente, ampliado e manipulado pela propaganda do regime, visa constituir o pretexto para o desencadeamento da agressão directa ao nosso país.

Os círculos militaristas sul-africanos pretendem utilizar este pretexto para pressionar o seu Governo e anular os esforços de políticos sul-africanos que procuram uma solução negociada para os problemas da África do Sul.

Foram os belicistas sul-africanos que ao cair o regime racista e minoritário de Ian Smith, chamaram a si a organização do banditismo armado, transformando-o no principal instrumento para agredir e desestabilizar o nosso país.

São eles que organizam o massacre de camponeses pacíficos, de velhos, de crianças, de mulheres grávidas. São eles que mandam executar as mutilações mais horríveis. São eles que ordenam o incêndio de autocarros, comboios, automóveis, com passageiros no interior. São eles que mandam destruir as escolas, hospitais, postos de saúde, lojas, aldeias. São eles que ordenam aos bandos armados que destruam as viaturas que transportam comida e medicamentos para a população afectada pela seca.

Mancha as suas mãos o sangue de mais de 100 mil moçambicanos vítimas directas da guerra de agressão que movem contra o nosso povo.

A acção dos militaristas sul-africanos já causou ao nosso país prejuízos materiais superiores a cinco biliões e meio de dólares.

Foram estas mesmas forças belicistas, militaristas e aventureiristas que se opuseram ao Acordo de Nkomati, que decidiram que ele não fosse respeitado, que organizaram a sua violação sistemática.

Altos responsáveis civis e militares do regime de Pretória dirigem pessoalmente os bandidos armados, deslocam-se pessoalmente aos seus acampamentos no interior de Moçambique como provam os documentos capturados na Gorongosa. Especialistas das Forças Armadas sul-africanas dirigem dentro de Moçambique a construção de pistas de

aterragem para que os seus aviões abasteçam, municiem e transportem bandidos armados. Montam para os terroristas, sofisticados sistemas de transmissão. Fornecem-lhes médicos e medicamentos. Transmitem-lhes ordens precisas provenientes das mais altas hierarquias militares sul-africanas para acções de destruição de alvos económicos, para o massacre de populações indefesas, para a prática generalizada de actos de terror.

Quando o acampamento dos bandidos na Gorongosa foi tomado, os militaristas sul-africanos transferiram o centro operacional do banditismo armado para o território do Malawi. Esta operação foi feita com a cumplicidade activa das autoridades malawianas que, assim, aceitaram participar nos crimes contra o nosso povo.

A República Popular de Moçambique, juntamente com os outros países da Linha da Frente, colocou as autoridades do Malawi perante as provas do seu envolvimento na agressão sul-africana ao nosso país, e o Governo malawiano foi forçado a reconhecer a existência de bases dos bandidos armados no seu território.

O desmascaramento das suas operações a partir do Malawi constituiu um importante e inesperado revés para os círculos belicistas sul-africanos.

Quase simultaneamente, o Congresso dos Estados Unidos da América decidiu a aplicação de sanções económicas contra o regime do *apartheid*. Esta decisão constituiu nova derrota para esses mesmos círculos, também para eles inesperada porque subestimaram as forças democráticas e progressistas norte-americanas.

Estes sucessivos e contundentes reveses conduzem os militaristas sul-africanos a uma actuação desesperada.

Eles procuram freneticamente disfarçar a responsabilidade do Malawi na agressão contra Moçambique e encontrar alternativas para os centros operacionais que instalaram no território malawiano. Neste contexto, pretendem a liquidação imediata do Acordo de Nkomati, para neutralizarem os sectores políticos do Governo sul-africano que preconizam soluções negociadas na região e para que as Forças Armadas da África do Sul possam dirigir abertamente o banditismo e intervir directamente na agressão a Moçambique.

Para isso, representam a farsa de se apresentarem como vítimas e forjam motivos para retaliação contra Moçambique, vão mesmo ao ponto de responsabilizarem o nosso país pelas sanções decididas pelo Congresso dos Estados Unidos, sanções que as suas próprias acções provocaram.

O acusado quer transformar-se em acusador, o réu quer julgar o juiz.

É com estes pretextos ridículos que os belicistas sul-africanos preparam a agressão directa ao nosso país pelas Forças Armadas da África do Sul, com o objectivo último de criar condições para derrubar o Governo da República Popular de Moçambique e instalar em Maputo fantoches ao serviço do *apartheid*.

A República Popular de Moçambique, coerente com os princípios da sua política de paz e de respeito dos compromissos internacionais que assume, sempre cumpriu escrupulosamente a letra e o espírito do Acordo de Nkomati. A firme determinação das Forças Armadas de Moçambique (FPLM) encontra-se exclusivamente na defesa intransigente da independência e da soberania do nosso povo e da integridade territorial do nosso país.

No momento em que os militaristas sul-africanos preparam uma nova fase na sua escalada de agressão ao nosso país, o Governo da República Popular de Moçambique exorta todo o povo moçambicano ao reforço da unidade nacional, à agudização da vigilância, à participação activa na defesa da nossa Pátria.

É necessário que em toda a extensão do território nacional, nos preparemos para responder vitoriosamente a esta nova agressão.

As Forças Armadas de Moçambique (FPLM), as Milícias Populares, os Grupos de Vigilância Popular e, em geral, todo o povo moçambicano deverão estar, a partir de agora, em alerta permanente.

Quer colectivamente, integrados nas nossas estruturas de base, quer individualmente, deveremos constituir uma barreira impenetrável contra o qual se esmague qualquer acção inimiga. Devemos estar vigilantes nos nossos locais de trabalho, nos locais de residência, nos lugares de diversão, nos campos desportivos, em todos os lugares e circunstâncias onde existem concentrações de pessoas e que, por isso, possam ser escolhidos pelo inimigo como alvo dos seus actos criminosos.

O Governo da República Popular de Moçambique exorta todo o povo a participar activamente nas medidas defensivas que estão a ser tomadas, apelando a todos os cidadãos para que, como sempre o têm feito, colaborem totalmente com as autoridades civis e militares na tomada das disposições necessárias à defesa da nossa Pátria ameaçada.

O Governo da República Popular de Moçambique está confiante de que a comunidade internacional saberá apoiá-lo no reforço da capacidade defensiva do nosso país contra as agressões do regime racista sul-africano que é nosso inimigo porque é inimigo de toda a Humanidade.

A nossa unidade, a nossa determinação, o nosso amor à Pátria que libertámos com o nosso sangue, são armas invencíveis. Com elas, organizados pelo nosso Partido e o nosso Governo, venceremos qualquer agressão.

O *apartheid* é um monstro moribundo, que a História em breve se encarregará de liquidar e enterrar. Nós, construtores da Paz, viveremos para edificar o futuro radioso que queremos para os nossos filhos.

A Luta Continua!

Maputo, 11 de Outubro de 1986.